



ENTREVISTA

O Estallido Social chileno e ação política feminista

Entrevista com Alondra Carrillo, porta-voz da Coordenadoria Feminista 8M de Santiago/Chile



Alejandra Estevez, *Universidade Federal Fluminense*



Dia da greve geral feminista do 8 de março de 2019 e a interpretação do grupo *Las Tesis*.



Apresentação

A entrevista foi realizada em meio ao processo conhecido como *Estallido Social*, iniciado no Chile em outubro de 2019. O *Estallido* consiste em uma série de protestos que congregam diversos movimentos sociais e também parte da população civil não organizada. A onda de protestos teve início na capital chilena, Santiago, com o movimento dos estudantes secundaristas contra o aumento de 30 pesos na passagem de metrô de Santiago. A pauta específica contra o aumento da passagem transformou-se na bandeira pelo fim do neoliberalismo, alertando os vizinhos latino-americanos da falência deste modelo de desenvolvimento econômico e todas as violações de direitos humanos que ele implica e mascara. Rapidamente, o movimento espalhou-se por diversas cidades do país e ganhou o apoio de outros setores da população, sobretudo dos setores feministas organizados.

O protagonismo das mulheres nos protestos não começou com o *Estallido Social*, mas remonta pelo menos há dois anos antes, quando um grupo de militantes feministas organizou a Marcha 8M, em 2018, dando lugar à maior manifestação de rua desde a ditadura de Augusto Pinochet. A porta-voz da Coordenadoria Feminista 8M, Alondra Carrillo, nos fala sobre o processo de construção da marcha, da onde se depreende o feminismo como ação política radical no combate às injustiças geradas pelo sistema capitalista neoliberal.

Vale mencionar que esta entrevista foi realizada no âmbito de um projeto mais amplo de produção de um documentário sobre o *Estallido Social*, em janeiro de 2020. Ao lado do historiador Danilo Spinola Caruso, fomos em busca dos homens e mulheres que estavam fazendo história no Chile. Alguns destes personagens estavam na luta desde a ditadura, mas encontramos uma maioria de jovens militantes engajados na luta contra o neoliberalismo, que nos contaram sobre a falência do modelo com uma clareza e apropriação admirável. Foi assim com Alondra. Numa manhã de verão santiaguenha, nos encontramos em uma estação de metrô de um bairro distante do centro. Foi simbólico, porque havia sido justamente em um metrô de Santiago onde tudo começou. O metrô estaria presente também em outros encontros, um meio de transporte do cotidiano dos santiaguinhos, deixando evidente o motivo pelo qual valia a pena lutar por ele. Nos afastamos da avenida barulhenta onde se situava a saída do metrô e encontramos um lugar agradável e silencioso para iniciar nossa conversa. Danilo estava na câmera e eu na



condução da entrevista. Tínhamos algumas perguntas planejadas, mas a sensação foi a de que Alondra conduziu a entrevista o tempo todo. Ela falava com profundidade, de um jeito meio lírico, sobre coisas complexas e polêmicas. O que mais surpreendeu foi a capacidade de síntese que o movimento feminista no Chile parecia acumular, através da própria ação política desse grupo em meio a um processo de profundas transformações sociais: a capacidade de articular a opressão da mulher a outras formas de opressão, como a de classe e étnica. Diante de toda a riqueza da troca, não poderia deixar esta entrevista restrita à minha experiência particular. Sentia necessário compartilhá-la com as militantes e acadêmicas que estudam gênero no Brasil, na tentativa de criar uma interlocução entre Chile e Brasil, mas também entre academia e militância, eu mesma situando-me nesta fronteira.

Na entrevista, poderemos observar o protagonismo que as mulheres vêm assumindo em diferentes espaços políticos e seus embates com os movimentos sociais tradicionais, como o movimento sindical, e os partidos políticos. A ação política destas feministas reivindica uma interpretação holística da realidade, cujas estruturas e relações são atravessadas pelas questões de gênero e classe na experiência concreta das mulheres chilenas. É interessante notar como a dimensão da memória permeia seu discurso em diversos momentos, demonstrando certa continuidade das lutas feministas em uma duração mais larga, que nos remete às conquistas feministas dos anos 1930 e às resistências políticas dos anos ditatoriais (1973-1990). Por fim, compartilha a visão do movimento sobre o atual processo constituinte no Chile, que culmina na esmagadora vitória no plebiscito popular e sela, ao menos simbolicamente, o fim da Constituição dos tempos da ditadura pinochetista. Através de suas palavras, tomamos conhecimento da contribuição que as mulheres aportam ao debate e à luta, reivindicando inclusive a experiência chilena como potencial catalisadora de outros processos transformadores na América Latina, a partir de uma perspectiva internacionalista das lutas e dos movimentos sociais contemporâneos.

Que estas páginas possam servir não apenas para tornar a experiência das mulheres no *Estallido Social* conhecida do público brasileiro, em especial das feministas, mas também que possam contribuir para o debate dentro do campo dos estudos feministas, na linha do que Fraser propõe, isto é, da tentativa de aproximação entre as



lutas por reconhecimento (identitárias) e as lutas por redistribuição (classe).

Alejandra Estevez: Traçando uma cronologia do movimento feminista no Chile, você comentou sobre a importância da marcha de 8 de março. Poderia começar contando como e quando se constrói a organização da marcha 8M?

Alondra Carrillo: Sim. A cada ano, em nosso país, convocamos as feministas a organizar o 8 de março por volta de janeiro. E essa convocatória se converte em uma organização pontual e se constrói com aquelas a quem chega a convocatória aberta. Organizamos a marcha, como ato final e comemorativo e, em seguida, se dissolve a organização. Geralmente, isso está nas mãos das históricas feministas que organizaram o 8 de março e feministas novas que chegam para aprender e construir a marcha. Contudo, desde 2018 que nós organizamos não apenas a marcha, mas também uma jornada de protestos para o 8 de março. Essa organização tem sido contínua. Porque depois desse 8 de março de 2018, que foi bastante grande – agora já quase não se nota porque 2019 foi enorme, mas 2018 foi bastante grande – nos reencontramos em março/abril e conversamos sobre a necessidade de manter o espaço de encontro e articulação que havíamos construído, que havia sido muito transversal, que havia sido capaz de reunir uma multiplicidade de mulheres feministas a partir de distintos âmbitos da ação social, não apenas feministas, mas feministas que estão em outras frentes, na luta por moradia, nos sindicatos, na luta pelas sementes, pela água, as mulheres mapuches, mulheres migrantes etc e decidimos manter esse espaço de coordenação e convertê-lo em algo. E esse algo foi a Coordenadoria Feminista 8M. E nos propusemos a trabalhar durante um ano para construir a greve geral feminista do 8 de março de 2019. Então, se queremos ser capazes de responder a este chamado internacional de construir greves feministas para o 8M, tínhamos que fazer um trabalho de longo prazo e mais cuidadoso para construir essa força, essa capacidade que se havia expressado no 8 de março [de 2018] nas ruas.

Alejandra Estevez: E como foi a marcha, afinal?



Alondra Carrillo: Foi uma jornada completa de mobilização de muitos tipos. Nem sequer foi apenas um dia, porque desde o dia 4 de março saímos massivamente às ruas. Saímos massivamente para mudar os nomes das estações de metrô. Mudamos os nomes de 50 a 60 estações de metrô por nomes de mulheres. Não somente nomes de mulheres em geral, mas de certas mulheres, de mulheres que carregam uma memória de luta, de combate contra a opressão: desde Janequeo¹, uma memória anticolonial muito antiga, até a comandante Tamara², que lutou como guerrilheira contra a ditadura de Pinochet, passando por Violeta Parra³, por exemplo. Uma multiplicidade de nomes e de memórias. E isso abriu a semana. Então, foi toda uma semana de mobilização que culminou nessa sexta, 8 de março, com ações que tiveram lugar durante todo o dia e foram reivindicando também distintas correntes de luta que atravessavam esta ampla conformação do 8M e terminou nesta grande mobilização que foi a maior marcha desde o pós-ditadura – até o 18 de outubro [de 2019] e até o 25 de outubro [de 2019], que foi a marcha com um milhão de pessoas em Santiago. Mas, até esse momento, foi a marcha mais multitudinária desde o fim da ditadura.

Alejandra Estevez: Quantas pessoas?

Alondra Carrillo: Em Santiago foram 400 mil e em nível nacional foram aproximadamente 800 a 900 mil mulheres. Ocorreu em 72 cidades e pequenos povoados do nosso país, incluindo algumas ilhas do sul austral, incluindo localidades que nunca haviam tido essa mobilização, que não sabiam o que era uma marcha porque a cidade era tão pequenina que tinha apenas uma rua, então não se marchou realmente, mas todas as mulheres saíram para a rua. E para vocês terem

1 Janequeo foi uma mulher mapuche que derrotou as tropas invasoras espanholas, em 1587. Atualmente, Janequeo é um símbolo da luta e resistência da mulher mapuche no Chile.

2 Comandanta Tamara era a militante Cecilia Magni Camino (1956-1988). Ela foi a única mulher a alcançar o grau de comandante da Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), organização guerrilheira nascida do Partido Comunista na década de 1980 para lutar contra a ditadura de Pinochet. Sua última ação foi a tomada do povoado de Los Queñes. Seu corpo foi encontrado em outubro de 1988. Em 2014 os policiais envolvidos em seu assassinato foram absolvidos. Seu nome político fazia referência a Tamara Bunke, guerrilheira argentina que lutou ao lado de Che Guevara.

3 Violeta Parra foi uma das fundadoras da Música Popular Chilena e é considerada uma das folcloristas mais importantes do Chile. Sua obra está comprometida com a luta dos oprimidos, como nas canções “Volver a los 17” ou “Gracias a la Vida”.



uma ideia, porque eu digo 72 cidades e não se sabe o que é isso, em 2018, que foi muito grande, houve 25 localidades que se somaram. Em 2019, depois desse ano de organização, foram essas 72 localidades.

Alejandra Estevez: E como você vê o papel protagônico das mulheres e sua capacidade de mobilização nesse processo?

Alondra Carrillo: Bom, para nós, era muito importante chegar ao 8 de março com toda essa força, mas para falar com nossa própria voz. Isso foi algo que nos colocamos desde muito cedo. Quando tomamos a decisão de fazer a greve, sabíamos que ia ser grande. Ninguém acreditava. Ninguém acreditava que íamos fazer realmente. Digo, entre os setores organizados mais historicamente, os partidos etc. Mas nós sabíamos que ia ser grande. E sabíamos que se nós não nos assegurássemos que seríamos nós as que colocaríamos sobre a mesa o que íamos dizer, outros iam tratar de falar por nós. E não se trata apenas das mulheres, mas das mulheres e das dissidências. De todas que sofremos a violência de gênero por nossa conformação identitária, por quem somos ao longo da nossa vida.

E, para isso, decidimos realizar o Encontro de Mulheres que Lutam – ou das que lutam – que foi em dezembro de 2018. O objetivo era construir um programa e também caracterizar a greve. Um programa no sentido de quais iam ser nossas reivindicações, o que íamos colocar sobre a mesa em termos de aspirações e as orientações que queríamos construir, conseguir e, além disso, uma caracterização da greve. E a chamamos de greve geral feminista. Isso, para nós em geral, significava não apenas que participassem homens e mulheres, mas que uma greve só é geral quando param todos os trabalhos que sustentam a vida. E a chamamos feminista porque para nós era fundamental que se, por um lado, se tratava de uma greve que convocava o conjunto da sociedade a mobilizar-se, por outro, fosse protagonizado pelas mulheres, porque íamos estar falando de nossas vidas e de como estão atravessadas por um conjunto de violências, opressões e explorações, que era o que queríamos combater. E como, a partir de nossas vidas, que geralmente nos haviam dito que era uma especificidade, uma parcialidade, podíamos falar de tudo e podíamos falar de todas as formas de violência em nosso país, e podíamos chamar a atenção para as necessidades de mudar essa forma de vida.



Alejandra Estevez: Alguns estudiosos fazem uma diferença entre o que seriam os movimentos identitários – e aí estariam as mulheres – e os movimentos clássicos da classe trabalhadora. E você, a partir da marcha, nos fala das duas coisas. Como você vê esta questão? É identitário, mas também classista?

Alondra Carrillo: Sim. Nós, como feministas, como feministas de esquerda ou feministas com aspirações de transformação radical da vida social, concebemos que o feminismo é uma forma que assume a ação no tempo presente, que tem um caráter internacional, internacionalista. É uma forma em que a classe trabalhadora assume a ação política. Uma classe trabalhadora que está vivendo um processo de subjetivação política, como nós a chamamos, através do enfrentamento e do combate da violência. A violência patriarcal e machista, para nós, é uma forma intrínseca de reprodução da ordem capitalista em nosso país. Quer dizer, o neoliberalismo maduro no Chile, necessariamente pela forma como destrói o tecido social, as redes comunitárias, pela forma como destrói e divide sexualmente o trabalho, por sua forma muito rígida diante da aparente flexibilidade, sua forma rígida de divisão sexual do trabalho requer da violência patriarcal e machista permanentemente o eixo articulador de sua própria reprodução.

Essa era uma de nossas concepções, mas a outra era uma forma distinta de conceber o feminismo. Por isso, para nós, o encontro ia determinar qual ia ser o programa. Não era um encontro que convocava as feministas, mas um encontro que convocava as mulheres que lutam, porque entendíamos que o feminismo é uma forma de consciência que estava em pleno processo de desenvolvimento no interior de amplas camadas da classe trabalhadora que ainda não se haviam concebido como tal, porque o feminismo mesmo não havia sido este processo que é atualmente, um processo de subjetivação política classista. E isso implicava um giro nas formas que havia assumido o feminismo no Chile. Acredito que um dos momentos que permitem a transformação da concepção do feminismo como uma potência de ação política das trabalhadoras foi o momento em que nos reunimos, em 2018, e fizemos um balanço. E dissemos: bom, desde 2016 com o “nem uma a menos” da Argentina – mas que aqui também se replicou – temos sido muito incapazes de falar dessa violência. Mas também observamos que fomos



colocadas em uma posição política através dos discursos do poder e da ordem e fomos tratadas como vítimas. E nós não somos vítimas, não queremos ser, não queremos ocupar esse lugar. Queremos poder combater a violência de maneira efetiva, não esperar que alguém combata por nós. E, na medida em que se desloca esse eixo de ação, já não se demanda que o Estado nos dê uma resposta como vítimas, mas exigimos de nós mesmas uma articulação que seja capaz de desdobrar nossa potência. Isso abre caminho também a uma concepção classista de feminismo, porque, no fundo, nos chama a reconhecer as condições políticas que tornam possível que nós estejamos vivendo como estamos vivendo. E isso multiplica o exercício próprio do feminismo, que é vincular os questionamentos do nível mais pessoal, das relações mais imediatas, aos questionamentos em nível mais geral da organização política do país e que, por sua vez, para nós, porque temos uma longa memória de luta feminista, conecta imediatamente com a ditadura.

E essas conexões, acredito eu, permitiram fazer esta transformação e esse reconhecimento que, obviamente, fazem explodir todas as categorias restritas de classe trabalhadora. Uma classe trabalhadora que, no seu universal, acaba sendo os homens, brancos, do sindicato. E, para nós, simplesmente já não se verifica na realidade, isso já não é a classe trabalhadora em nosso país. Nossa classe trabalhadora é uma classe amplamente informal, precarizada, que vive em condições de violência racista, patriarcal, colonial. E tudo isso aparece e complexifica a noção mesma de classe operária ou de classe trabalhadora.

Alejandra Estevez: E como foi a recepção de vocês dentro do movimento sindical?

Alondra Carrillo: Bom, aí as que tiveram a primeira linha de trabalho foram as companheiras sindicalistas feministas, que formaram um comitê de trabalhadoras sindicalistas para construir a greve do 8M. Essas mesmas companheiras estavam organizadas em sindicatos de base, por exemplo na Central Unitária de Trabajadores (CUT). Elas pediram à CUT que convocasse a greve no dia 8 de março. Como Coordenadoria, nos reunimos e nos disseram não. Não porque eles tinham uma greve já, convocada para o dia 11 de abril e que essa greve era por tudo, não somente pela questão das mulheres, mas sim por muitas outras coisas. Nós lhes mostramos o programa da greve, que



envolvia desde trabalho e seguridade social até racismo e migração, até luta pela água nos territórios, luta indígena e resistência, educação. Lhes mostramos isso. Era um programa geral. E era feminista porque complexificava e não porque subtrai, porque complexifica a generalidade. Então dissemos: queremos colocar fim à AFP, mas além disso queremos que se reconheça o trabalho de criação e de cuidados, porque é um trabalho, e queremos um sistema de seguridade integral que inclui um sistema único de cuidados plurinacional e comunitário. Quer dizer, era mais geral que a generalidade. Mas nos disseram não. E essa resposta foi muito dura para as companheiras sindicalistas organizadas, porque realmente tinham todas as esperanças depositadas em que a CUT – que é liderada por uma mulher, ainda por cima – convocasse a greve para o 8 de março e estivesse à altura da força histórica que ia ter esse momento. E ela não esteve lá. E esse é o sinal um pouco trágico que teve nossa relação entre o feminismo e o sindicalismo no atual momento, especialmente agora no calor da revolta.

Efetivamente temos um sindicalismo que não apenas é muito machista, mas também que é um sindicalismo ad hoc às formas políticas de transição. No Chile, estruturaram-se os sindicatos por categoria, proibiram-se as grandes centrais sindicais com poder de negociação. [Durante a ditadura] as grandes centrais sindicais não podiam convocar greves, era proibido, e isso acabou dando forma à política sindical chilena. A política sindical é muito gremial, é corporativa, defende interesses pequenos e está determinada pela forma herdada da política transicional e da política ditatorial. Mas também não deixa de conceber-se a si mesma como se estivesse limitada por todas essas coisas, então isso gera uma posição muito contraditória. Assumem que ainda têm certo direito à titularidade em relação à ação política da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, estão impedidos de levá-la adiante. São um limite para essa ação. Bom, pelo menos nós vimos assim e nos deparamos com esta realidade de maneira muito forte nos últimos tempos.

Alejandra Estevez: E, para falar do Estallido Social, o que mudou desde então na vida das mulheres e na sua própria vida?

Alondra Carrillo: Eu acho que o Estallido foi algo que nos alcançou a todes de alguma maneira e nos tomou a todes na posição em



que estávamos um pouco antes. Em que posição estamos neste momento? Em outubro, estávamos chegando do encontro plurinacional de mulheres e dissidências, ocorrido na Argentina, com muitas reflexões e muitas emoções em relação a como seguir fazendo avançar o feminismo numa chave internacionalista, sendo neste momento o feminismo uma das forças que víamos como mais potentes em nível internacional. Mas, igualmente, nós, quando nos organizamos para o 8 de março, havíamos instalado algumas chaves de leitura em relação à precarização da vida, aos seus responsáveis políticos, ao que havia sido estes 30 anos de administração da miséria, e de maneira transversal. E também havíamos instalado outra chave que era a da normalidade. Então, acredito que de algum modo as mulheres e as dissidências nos encontramos com a revolta, provavelmente desde posições muito múltiplas, mas de algum modo já alinhadas subjetivamente com o conteúdo que estava posto sobre a mesa. Era algo que nos era muito familiar, porque questionar esta realidade como um problema havia sido, para nós, parte central da tarefa política, do exercício político que havíamos feito.

Mas, além disso, outra coisa que viemos falando bastante ultimamente é que de repente a revolta se encarregou de dizer não. E, nesse 8M, também havíamos saído para dizer muito fortemente que “não”, o que não queríamos, “não é não”, todas essas formas que vamos trabalhando o “não”. E acredito que esse Estallido nos encontra neste momento e nos chama a fazer um exercício ao qual já estávamos um pouco acostumadas a fazer, este exercício de dizer até o final que não e levá-lo até as últimas consequências.

Contudo, também foram complexos os primeiros momentos da revolta, porque havia duas questões muito complicadas: por um lado, a configuração da violência política sexual com uma radicalidade que não havíamos visto antes. Acredito que existe uma continuidade dessas formas repressivas durante toda a transição. A brutalidade das primeiras semanas da revolta é claramente uma resposta ao que estávamos fazendo todo esse tempo, o fato de empregar toda essa violência, e não somente contra mulheres, mas contra as dissidências, contra homens homossexuais etc. E, por outro lado, uma invisibilização do que nós estávamos fazendo, uma leitura da revolta como se o 8M não fosse um antecedente imediato, por exemplo, ou uma leitura da mobilização como se fosse novamente uma parcialidade. Eu acho que essa tentativa violenta de leitura, contida na imponência da revolta, tentava devolver-



nos à segunda fila. Foi o que, com Las Tesis, com essa performance que deu a volta ao mundo e que foi uma ferramenta de leitura situada para as feministas, essa potência voltou a irromper com toda a violência com que se havia instalado o feminismo. Porque foi uma violência, uma violência defensiva, de resposta, mas foi uma violência. E voltou a construir com ímpeto a mobilização no momento em que a criminalização estava avançando praticamente sem freio. E agora temos uma incerteza terrível sobre o futuro, tememos com relação à experiência do Brasil, tememos os caminhos possíveis, mas ao mesmo tempo estamos com esperanças enormes para esse 8 de março [de 2020]⁴. E todo mundo sabe e todo mundo está à espera do que vai ser esse momento. E acho que também estamos mais confiantes com relação a nossa força e o que podemos contribuir e também o que podemos desconstruir.

Alejandra Estevez: Você poderia comentar um pouco mais o que foram Las Tesis e como vêm a repercussão que essa performance teve ao redor no mundo?

Alondra Carrillo: Bom, se chama Las Tesis porque a performance foi criada por um coletivo muito pequeno de quatro companheiras, interdisciplinar, que se chama coletivo Las Tesis. Elas propuseram esta performance e ela foi imediatamente assimilada. E um dos primeiros lugares onde se dançou Las Tesis foi em frente ao Ministério das Mulheres e Igualdade de Gênero. Gritaram à ministra [Isabel] Plá, a ministra das mulheres e igualdade social, uma ministra que foi indicada como responsável por omissão ou por cumplicidade da violência política sexual, uma ministra que no contexto da acusação constitucional a Andrés Chadwick, que foi ministro do interior durante a revolta, que foi o responsável por colocar os milicos nas ruas e que também é uma figura da ditadura, um jovem de Chacarillas⁵ – um momento icônico dentro da ditadura, da conformação dessa direita que

4 O 8 de março de 2020 reuniu cerca de 2 milhões de pessoas em todo o país, segundo dados divulgados pela Coordenadoria Feminista 8M.

5 Conhecido como o Ato de Chacarillas, nome de um morro de Santiago, o evento, organizado pela Frente Juvenil de Unidad Nacional, movimento político de apoio à ditadura militar, foi realizado em julho de 1977. O evento é caracterizado pela historiografia chilena como um dos maiores e mais chamativos rituais políticos da ditadura, marco do processo de institucionalização do regime militar, como fica patente no discurso de Pinochet proferido na ocasião.



viria a administrar o Estado, ela se colocou ao lado dele. Ela disse, no contexto da acusação constitucional que o fazia responsável pela violência política sexual, que ela estava com ele, ela o apoiava. E para ela dançaram Las Tesis pela primeira vez. E nós achamos que essa performance “um violador no seu caminho”⁶ é muito potente porque consegue ser um exercício precisamente do que falamos antes, desse feminismo da classe trabalhadora, feminismo com aspirações de totalidade, feminismo que atravessa campos e níveis. O que elas fazem é mostrar essa violência contra a qual nos revoltamos tão fortemente nos últimos anos, a violência que todas carregamos em nossos corpos porque a experimentamos na vida cotidiana, em nossos espaços íntimos, privados, familiares, com nossos amigos, e mostrar sua íntima vinculação com todo o arranjo institucional que é agente dessa mesma violência. E não apenas dizer o Estado em geral, mas dizer que são os “pacos”⁷ os que agora estão exercendo essa mesma violência, é esse presidente que nós queremos que vá embora porque é responsável político, por todas as violações de direitos humanos. E conecta esta experiência íntima que temos cada uma de nós com esta experiência política que tivemos, especialmente no contexto da revolta, porque enfrentamos os contornos mais vivos do corpo monstruoso que é o Estado, um Estado criminal, um Estado que garante a produção dessa normalidade de miséria, essa normalidade de violência.

Foi muito potente, além do mais, por sua forma, que nos convoca a fazer o que fazem as feministas: ocupar os espaços públicos ou, como dizia Marielle Franco⁸ – nós sempre falamos essa frase muito bonita –, é preciso ocupar com nossos corpos todos os espaços, não basta dizer que queremos estar em todas partes. Temos que ocupá-los, estar aí com

6 A canção “un violador en tu camino” se tornou um hino feminista, ganhando versões em diversas partes do mundo, da Argentina a Nova Delhi. O vídeo completo da performance pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=mjhGYeKHkbQ>. Acesso em 21/04/2020.

7 É o nome que, no Chile, dão à polícia, também chamados de carabineros.

8 Marielle Franco foi uma feminista e ativista dos direitos humanos e vereadora do Rio de Janeiro. Foi assassinada em 14 de março de 2018 com três tiros na cabeça e um no pescoço, ao lado do seu motorista, Anderson Gomes. Após muita pressão política para a responsabilização dos culpados, a polícia começou a investigar o envolvimento da milícia Escritório do Crime no caso e, em março de 2019, prendeu dois ex-PM, contudo restam ainda impunes os mandantes do crime. Em julho de 2018 foi aprovado, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o dia 14 de março como o dia de luta contra o genocídio da mulher negra.



nossos corpos, fazer presença, marcar essa presença. E, ademais, é um corpo coletivo. Cada uma de nós dança o que está dançando a outra e produzimos um efeito de conjunto que cria este corpo coletivo que consegue traçar o contorno dessa violência. E consegue também ser um grito de guerra. Não apenas um grito de dor, mas sim um grito de guerra, de disposição a lutar, a denunciar, a apontar os culpados e os responsáveis, que nos chama a agir conjuntamente, de maneira metafórica e de maneira literal também.

No encontro, eu vi meninas de 4, 5 anos cantando “o patriarcado é um juiz”⁹ [risos] e que ia cair e dançando. [A dança] permite uma apropriação. Dá vontade. E isso também é algo que nós reivindicamos muito. O feminismo mobiliza desejo. Não somente como esta forma militante, meio ultrapassada de conceber que a militância é um dever, um dever com uma causa, uma causa superior, a qual subordinamos todas as outras coisas e estamos dispostos a sacrificar tudo por essa causa. Mas também que é uma outra forma de ação política que é muito potente e nos permite subverter certas disposições morais e dizer: podemos desejar a greve, por exemplo. Podemos desejar uma manifestação no espaço público que nos permita falar sobre a violência de gênero. Podemos desejar. E esse desejo que nos mobiliza é também o desejo de mudar tudo¹⁰. É o mesmo desejo.

Alejandra Estevez: Vocês têm uma frase, “la paca no es sorora”¹¹. Gostaria que você comentasse um pouco como vêem a ação das “pacas”.

Alondra Carrillo: Bom, a frase “la paca no es sorora, es enemiga, asesina y opressora”. Assim. Curta [risos]. Foi uma disputa, obviamente, com setores que acreditam que basta ser mulher. Não basta. As mulheres atuamos como pessoas, tomamos decisões, fazemos política. A questão é qual a política que estamos fazendo. E esse grito,

9 Referência à estrofe da canção “Un violador en tu camino”, do coletivo feminista *Las Tesis*.

10 No original, “cambiarlo todo”, um dos lemas da revolta.

11 A frase completa diz: “la paca no es sorora, es enemiga, asesina y opresora”. Não há uma tradução exata no português, mas significa que “a policial não tem sororidade, é inimiga, assassina e opressora”. O conceito de sororidade é recente e não consta nem mesmo de alguns dicionários ainda. Apesar disso, o conceito de sororidade diz respeito à união entre as mulheres, representa a empatia, solidariedade, companheirismo e respeito entre as mulheres. A sororidade defende a ideia de que juntas as mulheres são mais fortes e que apenas juntas é possível lutar e conquistar a liberdade e os direitos que reivindicam.



que é bem brutal, tenta mostrar que a sororidade não é dada pelo fato de que somos mulheres. Não está dada pelo fato de que vivemos a mesma violência. É uma possibilidade, mas é uma possibilidade que em alguns casos não se realiza. E quando não se realiza a sororidade é quando nossa ação é uma ação que tende a aprofundar e fortalecer a teia de violências que nós queremos combater. Claro que uma “paca”, uma mulher policial, em um contexto como esse, em um contexto no qual a polícia viola, tortura sexualmente, onde mutila, desaparece, sequestra, mata, alguém que está do lado de uma instituição que faz isso não pode ser reconhecida como uma companheira de luta. Porque isto é a sororidade. A sororidade não é o amor entre mulheres só pelo fato de serem mulheres, mas o reconhecimento da irmandade na luta, da irmandade na ação política. E, quem sabe, quando o feminismo está num terreno em que se confronta menos com estas contradições, podemos chegar a dizer – alguém pode chegar a dizer e de fato se disse há alguns anos – que temos que lamentar também tudo o que possa acontecer às carabineras ou que temos que abraçar a nossas irmãs carabineras.

Mas, em um contexto como este, se torna evidente que isso não é verdade, que sempre foi mentira, que enquanto algumas aqui [em Santiago] podiam conviver em harmonia com as carabineras, as carabineras no sul estavam disparando contra os mapuches ou estavam violentando meninas em Wamapu. Cada vez se torna mais evidente que não é assim. O feminismo mostra sua cara como ação política no marco da luta de classes e, portanto, não pode ser parte de uma luta feminista a configuração de alianças que abstraem o gênero, que supõem que somos irmãs à revelia de todas as outras questões que atravessam a luta em curso.

Alejandra Estevez: Gostaria que comentasse sobre como foi/ está sendo construído o processo constituinte, inclusive com as apropriações que Piñera tenta fazer. E, em seguida, ainda nesta questão, por que vocês, Coordenadoria Feminista 8M, por que saem deste grupo que é a Unidad Social?

Alondra Carrillo: Nós, como Coordenadoria Feminista 8M, temos uma posição de rejeição à paz social e à nova constituição. Nós vimos que, nos dias precedentes à gestação desse acordo, o que estava acontecendo é que nosso povo estava saindo em massa às ruas com uma força e radicalidade nunca antes vista. No dia 25 de outubro, tivemos a



maior mobilização da história em nosso país: 1 milhão e 200 mil pessoas somente em Santiago. Nesse momento, sonhávamos como seria uma tomada feminista do La Moneda¹², se pudessemos estender um lenço verde gigante e quais seriam os comunicados da tomada feminista do La Moneda [risos]. Mas era um momento de abertura, de imaginação política radical. A abertura da possibilidade de imaginar que poderíamos, com esta força, colocar nossas reivindicações sobre a mesa.

E o que aconteceu foi que, no dia 14 de novembro, algumas forças políticas tomaram a decisão de aparecer como ganhadores de algo, como capazes de materializar esta potência em um acordo que se supunha que era em nosso nome. Foi muito doloroso para a maior parte dos setores sociais que nunca sentimos que isso era em nosso nome, mas que observávamos que o que estava acontecendo era um reordenamento da institucionalidade pinochetista, a mesma institucionalidade herdada e administrada pela transição, para poder renovar os termos de sua governabilidade e de sua legitimidade em um contexto em que tudo estava sendo radicalmente contestado.

E que setores que supostamente eram portadores dessa contestação – porque por esta política chegaram ao parlamento – foram os setores que decidiram colocar-se ao lado dessa institucionalidade e garantir, com a mínima legitimidade que haviam construído, a renovação dos termos de governabilidade neoliberal. Essa é a nossa leitura. Porque, além do mais, não se trata apenas de um acordo por uma nova constituição no que diz respeito à negociação de uma convenção constitucional com a UDI [Unión Demócrata Independiente] – a extrema direita – em termos que estão longe de uma assembleia constituinte tal como havia sido imaginada, mas que além disso consiste em um pacto ou um acordo pela paz social em um contexto onde o Estado estava e continuava aplicando o terrorismo de Estado. Enquanto estava assinando o acordo, estavam sendo sequestradas companheiras no parque Bustamante. Enquanto se estava assinando o acordo, a polícia estava disparando em Lo Hermida, estava atirando contra os moradores. E essa era a outra face da moeda do acordo.

12 O palácio La Moneda é a sede da Presidência da República do Chile. É um lugar carregado de simbolismo, não apenas por ser a sede do poder político do país, mas também porque foi bombardeado por canhões do Exército e aviões da Forças Aéreas, culminando no assassinato do presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. O ataque foi parte do golpe de Estado desferido por Augusto Pinochet, que iniciaria uma ditadura que duraria até 1990.



E assim o colocamos. A outra face do acordo é a impunidade com relação ao terrorismo de Estado, é dar-lhe um novo ar a este governo para que chegue até o final de seu mandato, quando ele decidiu declarar guerra ao povo. E isso é imperdoável. Isso não deveria ter acontecido mas aconteceu, o fizeram, assinaram esse acordo. E esse acordo mudou absolutamente as coordenadas da política da revolta. Isso é uma realidade e temos que aceitá-la. E aceitá-la no sentido que mudou o cenário, não aceitar esse acordo.

Nós o rejeitamos, mas aceitar que mudou o cenário e que mudou porque, logo em seguida, o governo pôde impulsionar sua agenda e o fez. E esses mesmos políticos aprovaram um governo que tem menos de 10% de aprovação, que aprovou as leis repressivas no parlamento. Foi muito importante para nós que todos os setores sociais rejeitamos publicamente o acordo. Unidad Social, que é um espaço de articulação de muitas organizações sociais, entre elas No Más AFP, nós naquele momento, organizações socioambientais como MODATIMA [Movimento de Defesa da Água e da Terra], o MAT [Movimento pela Água e os Territórios], organizações sindicais, o MUD [Movimento pela Unidade Docente], um espaço muito amplo, todos nós recusamos o acordo. E também o recusaram todas as assembleias territoriais¹³ que, no dia seguinte, se reuniram e leram o acordo nas assembleias e lhes pareceu um horror o que havia sido assinado.

Bom, nós havíamos participado desse espaço que era a Unidad Social desde o início, em junho desse ano, sempre com dificuldades porque era um espaço que havia se organizado supostamente com o objetivo de criar certos níveis de articulação entre as organizações porque reivindicavam a tese de que no Chile não havia existido nos últimos 25, 30 anos nenhum esforço de articulação social significativo entre as distintas organizações. Obviamente, nós não compartilhávamos dessa leitura, pois, para nós, o momento mais interessante de articulação social no último ano havia sido o 8M. Tinha um programa que era expressivo dessa articulação social porque mostrava a relação da luta pelas pensões com a luta pela moradia, a luta pela vida etc. Então, era um espaço que desde o começo se construiu cego aos processos sociais efetivos que representavam uma mudança na escolha política da classe trabalhadora, uma mudança nas coordenadas e seus termos.

¹³ As assembleias territoriais são espaços de articulação construídos a partir dos bairros e favelas, com o objetivo de construir pautas do movimento e também debater e preparar-se para o processo constitucional.



E foi muito difícil para nós tomar a decisão de estar aí, porque, além disso, são setores que historicamente mantiveram uma política afim às políticas de transição, especialmente a CUT. Especialmente porque quem dirige a CUT é o Partido Comunista e ele foi parte da nova maioria. Apesar disso, decidimos estar aí. Mas nós decidimos retirar-nos depois de vários momentos. O que se configurou um bloco sindical, tomou a decisão de que eles poderiam tomar a frente de todas as iniciativas que lhes ocorressem sem ter que consultar a ninguém da Unidad Social e que, no entanto, apareciam como iniciativas do conjunto da Unidad Social. Isso, obviamente, é um problema, porque é um problema com relação à construção democrática. São setores que claramente não concebem a necessidade política da democracia, não a entendem, mas além de tudo foi o conteúdo dessas decisões políticas o que para nós nos pareceu terrível. Depois de termos níveis de afinidade e unidade com relação à recusa do acordo e, portanto, de propormo-nos a lutar por uma assembleia constituinte livre e soberana, de poder lutar efetivamente contra a impunidade e exigir a renúncia de Sebastián Piñera, depois de haver acordado tudo isso, estes setores decidem sentar-se para conversar com [Gonzalo] Blumen, que é o ministro do interior, que é o responsável pela polícia e a repressão. Uma organização que não serviu para nada, somente para mostrar uma disposição de diálogo da parte do governo. Em seguida, decidiram sentar-se para negociar com o parlamento, com o conjunto do parlamento. E, logo depois, decidiram chegar a um acordo com a oposição a respeito do processo constituinte, isto é, dos marcos tutelados deste acordo.

Nós, nesse momento, dizemos não. E, logo após estes setores sustentarem esse direcionamento, nós decidimos sair. Fomos e lemos uma carta na assembleia para todas as organizações ali presentes e foi um momento muito doloroso, obviamente, porque todas as outras organizações compartilhavam a crítica e a necessidade de superar esta forma de condução social sem unidade social, sem gerar marcos de unidade, sem permitir a participação ampla de todos os setores envolvidos. E nos pediram que ficássemos, mas essa já era nossa última palavra. Obviamente, os setores sindicais não se importaram, mas é um conflito porque no fundo nós vemos que está se configurando uma bifurcação política no interior dos espaços sociais entre aqueles que estão dispostos a avançar nos marcos estabelecidos de tutela e domesticação política e aqueles que não estamos dispostos ou aqueles que pelo menos acreditam que se vamos lutar, tem que ser pelo o que



queremos lutar, não vamos brigar pelo o que nos dizem que é possível lutar. Temos que brigar pelo o que queremos, mesmo que não sejamos vitoriosos. Neste esforço de tentar, vamos aprendendo coisas sobre nós mesmas. Vale a pena porque isso irá permitir com que sigamos avançando em níveis de organização e fortalecimento próprio e não faremos o exercício, uma vez mais, de depositar nossa confiança naqueles que já nos demonstraram uma e outra vez que não são merecedores desta confiança. Depositar a confiança em nossa própria força implica levar adiante ações que nos permitam medir essa força, colocá-la em jogo e, talvez, aumentar essa força. Se tudo isso foi possível, não foi graças aos setores que hoje estão no Estado, nas organizações sindicais. Foi graças ao fato de que as pessoas saíram às ruas porque é necessário e possível sair para arriscar tudo ao invés de ter que continuar vivendo desta maneira. E fomos nós que abrimos todas as possibilidades que hoje estão colocadas.

Para nós, se trata, de imediato, de exigir a saída de Piñera. Isso é uma condição mínima. E a libertação das presas e presos políticos da revolta, nossa “primeira linha” contra o terrorismo de Estado. Isso é o que primeiro precisamos garantir para imaginar qualquer processo constituinte possível. Não é possível imaginar hoje um processo constituinte com as companheiras presas ou com uma política de segurança como a que está implementando o governo, com uma lei antibarricada que na realidade é uma lei que permite encarcerar por até 5 anos alguém por bloquear uma rua e que, obviamente, vem sendo aplicada de maneira arbitrária para perseguir as pessoas que vão se manifestar. E, logo em seguida, então organizaremos os termos do processo constituinte. Provavelmente não será tudo o que nós imaginamos, mas não podemos aceitar um processo constituinte em condições em que não possamos nos organizar, porque seria assinar nossa derrota, uma saída autoritária neste momento. E não podemos aceitar a saída autoritária neste momento, porque se o fizermos isto vai servir como precedente em nível mundial para a luta antineoliberal, ou seja, temos uma responsabilidade com o que está ocorrendo em outros territórios também, não apenas aqui. Nos disseram que o mais urgente seria ir, no dia 26 de abril, votar sim no plebiscito e votar pela convenção constitucional. Para nós isso não é o mais urgente. O mais urgente é como chegamos a esse momento numa correlação de forças que nos permita continuar avançando na organização.



Danilo Caruso: No Brasil, a direita diz que o feminismo estaria contra a família, estaria destruindo a família, coisas deste tipo. Aqui no Chile imagino que também digam o mesmo. O que você responderia sobre isso?

Alondra Carrillo: São hipócritas porque a direita no Chile é a personificação política da exploração mais brutal. Quer dizer, o que hoje destrói a família no Chile é a ordem neoliberal brutal, de exploração absoluta, de horários intoleráveis, de impossibilidade total de desfrutar da vida, a forma como estamos presos à dívida. Tudo isso são condições objetivas que destroem a vida familiar, a vida em comunidade. Nós dissemos no 1º de junho [de 2019], que foi a primeira conta pública de Sebastián Piñera já faz dois anos: vocês dizem defender a família, mas estão a favor da flexibilidade trabalhista, a favor de todas as medidas políticas que concretamente minam as condições para constituir uma família. Além disso, supostamente estão a favor da família, mas estão dispostos a privar uma criança da segurança familiar quando essa família não se compõe como eles querem. Na verdade, estão contra os pobres e sabemos muito bem. Nunca estiveram a favor da família – quem sabe, da sua própria família, quem sabe ontem, quando a esposa de [José Antonio] Kast¹⁴ disse que a única forma de sexo seguro era não fazer sexo, efetivamente acreditam que estão defendendo a família, mas estão defendendo apenas suas próprias famílias.

O Chile estaria sequestrado por oito famílias, que são donas das costas, das florestas, de praticamente todos os recursos naturais. É evidente que o que eles defendem é sua própria família e todas as demais famílias que continuam vivendo na superexploração e toda violência, marginalidade, aí onde não há nenhuma seguridade social, submetidos aos piores regimes de exploração.

Danilo Caruso: Parece que existe um conflito também entre gerações. Algumas mulheres que cresceram na ditadura, às vezes não

14 Trata-se da fala de María Pía Adriasola, esposa de José Antonio Kast, na Comissão de Educação: “el sexo es realmente seguro cuando no se ejerce”. Kast foi candidato a presidente nas eleições de 2017, ficando em 4º lugar, com quase 8% dos votos válidos. Desde 2018 é o líder do movimento de extrema-direita Ação Republicana, vindo a fundar um partido em 2019, o Partido Republicano.



têm a mesma visão das mulheres mais jovens. A ditadura deixou um legado machista no Chile?

Alondra Carrillo: Claro, ou seja, a ditadura teve uma agenda abertamente contrária a todos os avanços que houveram nos anos prévios, da Unidad Popular, com relação ao direito de sexualidade, reprodutivo, anticonceptivo. A última legislação da ditadura é uma legislação que proíbe totalmente o aborto. Quer dizer, havia uma política de devolver as mulheres ao lar. Havia algo imoral no fato de que as mulheres estavam se organizando, protestando, participando do mercado de trabalho. Obviamente, novamente é um discurso hipócrita, porque o capitalismo requeria neste país, especialmente após a crise dos anos 1980, que as mulheres fossem massivamente para o mercado de trabalho. Mas, diante deste discurso hipócrita, o que se instala é uma certa moral que oculta esta realidade e tenta impor marcos de certo e errado, com base em uma imagem idealizada do que se supõe que seja a mulher: se supõe que a mulher está na casa, dedica seu tempo à família, aos filhos. Com isso, se oculta ou invisibiliza a realidade efetiva na qual a mulher tem que fazer malabarismos em uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Isso é parte da agenda da ditadura.

Porém, houve resistência. Essa agenda não foi simplesmente assumida pelas mulheres. O feminismo renasce na ditadura em 1983, volta a organizar-se o Movimiento Pró-Emancipacion de las Mujeres de Chile, que foi o movimento que nos anos 1930 conquistou o voto feminino. Diante desta política ditatorial para as mulheres, houve uma resposta organizada da parte das mulheres que conformam também o espaço Mujeres por la Vida. Mujeres por la Vida realiza ações nas ruas, ações-relâmpago, e exige duas coisas ao mesmo tempo: democracia no país e na casa. Essa é a consigna com a qual as feministas usavam para protestar contra o regime pinochetista. Então, esta ideia pode ter penetrado, sobretudo nos setores populares, que foram os setores mais golpeados pela ditadura e onde mais penetrou a moral eclesial e, pouco mais tarde, evangélica, que cresceu muitíssimo nesses espaços – imagino que o mesmo também ocorreu no Brasil, ainda que com certa resistência. E, de algum modo, as feministas atuais também somos herdeiras das lutas contra essas formas de conceber o lugar da mulher, que foi replicado durante praticamente toda a transição. Um dos maiores patrimônios políticos da UDI foi defender uma suposta moral conservadora que, na realidade, é uma moral antimulheres,



antidissidências e contraria a todas as formas de reconhecer nossa qualidade de pessoa.

Mas não sei se existe uma diferença geracional tão grande, isto é, acho que existem muitos discursos que levam a crer que sim, mas depois vemos que nem tanto. Por exemplo, o 8M foi uma marcha absolutamente intergeracional. Havia mulheres com mais de 60 anos com suas filhas e netas. E agora Las Tesis ganhou uma versão com apenas mulheres da terceira idade, em torno de 10 mil mulheres, que dançaram em frente ao Estádio Nacional, apenas mulheres da terceira idade. Então, eu acho que existe muito preconceito, ideias pré-concebidas do que são as mulheres. É mais complexo que isso, mais complexo que algo geracional.

Danilo Caruso: Você falou da questão do aborto, no Brasil e imagino que aqui também os grupos que são contra o aborto, se reivindicam pró-vida, como se aqueles que são favoráveis à legalização do aborto fossem pró-morte. Como poderia se responder a isto?

Alondra Carrillo: Essa é uma discussão grande, latino-americana. Já foi respondida em muitos momentos, de maneiras distintas, mas acredito que no contexto atual da revolta, está muito claro que os setores “pró-vida” são os mesmos que, quando lhes mostram as fotos dos assassinados na revolta, por exemplo, agem como agiram. No parlamento, alguns parlamentares fizeram uma acusação denunciando os assassinatos que haviam ocorrido no contexto da revolta por parte das forças militares e policiais e levaram fotos dessas pessoas. Os setores “pró-vida” do parlamento rasgaram as fotos dessas pessoas e, no dia seguinte, levaram fotos dos supermercados queimados. Então foi muito claro. É evidente que não são pró-vida, são pró-bala, pró-morte, pró-supermercado [risos]. Não se importam. E o que fizemos, as feministas, em vez de entrar diretamente na confrontação com esse discurso, falamos da vida. Não permitimos que eles nos roubem esse conceito. Então, por isso, nós falamos da precarização da vida e uma das frases mais bonitas da revolta é justamente “até que valha a pena viver”. Uma concepção muito mais profunda da vida, na qual a vida não é esse truque discursivo, religioso, mas sim uma noção efetiva da vida, da vida que se vive, da vida que se vive em certas condições. E que essas condições têm que ser transformadas, têm que ser distintas das de hoje em dia, porque



estas são intoleráveis. E, quando começamos a falar da vida realmente, o discurso “pró-vida” começa a perder o sentido, porque fica evidente que não lhes importa a vida real, mas apenas a sua ficção da vida ou esse invento que trataram de impor a partir de uma noção religiosa, ao invés de uma noção concreta da vida.

Alejandra Estevez: Uma das reivindicações que vemos nas ruas é justamente contra este modelo de saúde que não atende à população ou atende de maneira muito precária. Gostaria que comentasse um pouco como isso afeta diretamente a vida das mulheres nesse sistema?

Alondra Carrillo: O sistema de saúde no Chile foi feito para que as pessoas morram esperando atendimento. É simples assim. E não estão interessados em mudar isso. Existem listas de espera enormes, há muitas pessoas que morrem esperando uma operação, uma hora médica, um exame. No inverno, os hospitais ficam cheios de gente e não há como atender a todos. Crianças morrem esperando atenção. Uma forma de eliminar população excedente. Por isso é tão brutal. No sistema de saúde no Chile, 3 de cada 4 pesos que se investe no sistema de saúde termina nos bolsos privados, porque o dinheiro que se investe no “setor público” não é investido nos hospitais e consultórios, mas é entregue em forma de vouchers que depois o cidadão pode usar no sistema privado. Então se desmonta o sistema público para fortalecer o sistema privado que, além do mais, é um sistema de negócios, isto é, se orienta segundo os termos do mercado. E a saúde nunca pode orientar-se por estes termos porque não se pode querer que a saúde seja um negócio rentável. Ela é um gasto, é assim.

E efetivamente se forjou um sistema de saúde que – não somente por razões internas do sistema, mas produto da relação do sistema com a realidade vital que temos – deteriora especificamente as condições de saúde das mulheres, porque existem determinantes sociais para isso. As mulheres têm trabalhos mais precários, então é mais difícil para a mulher ter tempo para ir ao hospital na hora marcada, fazer os exames porque alguns são pagos. As mulheres no Chile são maioria entre os segmentos mais pobres, são mais pobres que os homens. E isso implica necessariamente que o sistema não garante a saúde como um direito, mas sim que é preciso pagar pela saúde. Se você é pobre, sua saúde é



pior. Se você é mulher, sua saúde é pior. Mas, além disso, o sistema está atravessado por violências específicas contra a mulher: violência obstétrica para as mulheres grávidas ou que buscam um aborto, no âmbito das “três causais” – No Chile temos a realidade do aborto pelas “três causais”. Temos, ainda, um sistema de saúde que não tem um nível de formação geral, em gênero, então está de algum modo permeado por noções androcêntricas e excludentes e por noções que constroem patologias ou diagnósticos sobre bases que são majoritariamente masculinas. Ou seja, poderíamos analisar todo o sistema de saúde e em cada nível encontraríamos expressões da violência patriarcal permeando e determinando a forma como se dá a atenção.

Mas, além disso, temos o caso mais espantoso que é a lei do aborto, porque no Chile temos a lei do aborto pelas “três causais”. No entanto, fruto das ações do Tribunal Constitucional, inclui a possibilidade de objeção de consciência institucional, ou seja, toda instituição pode declarar-se objetora de consciência. Isso quer dizer que, se uma mulher solicitar um aborto pelas três causais – que são inviabilidade fetal, risco de morte para a mãe ou estupro – o médico pode declarar-se objetor de consciência e não realizar o aborto. E isso obriga a mulher a procurar outro lugar. Existem regiões inteiras onde todos os médicos, 100% dos médicos, são objetores de consciência. Então, essa mulher, se fica grávida fruto de um estupro como em Los Hornos, por exemplo, ela vai ao hospital e ninguém fará o aborto. E se tiver que ir para outra região, onde não tem rede, não tem companhia, essa pessoa vai ficar em uma situação econômica precária, essa pessoa vai ter que pedir licença no seu trabalho – se é que pode fazê-lo – para viajar para outra região. Isso é parte de nossa legislação e também de como os médicos concebem sua função social. Não a concebem como uma função que está a serviço do restabelecimento da saúde dos seus pacientes, mas como o que é, uma relação de poder. É brutal o sistema de saúde em nosso país e especialmente naqueles âmbitos do sistema que concentra a atenção para a mulher.

Danilo Caruso: Uma pergunta um pouco mais pessoal: quando você se descobriu feminista e o que significa o movimento feminista para você?



Alondra Carrillo: Que difícil! Eu acho que a primeira vez que alguém me disse que eu era feminista foi quando eu era muito pequena, no colégio, mas como um insulto. Lembro de um professor dizendo-me: “ah, você é feminista”. E também uma vez que um colega de turma, da primária me disse, também como um insulto: - “o problema é que você é feminista”. E eu lhe perguntei: - “o que quer dizer feminista?” – “bom, querer que as mulheres sejam iguais aos homens”. Isso sempre esteve presente ao longo da minha vida. Não sei se eu me descobri feminista, mas em algum momento eu passei a dar a importância devida a esta questão.

Eu acho que desde o momento que comecei a militar no feminismo é que eu me sinto feminista. E tem sido difícil. É difícil organizar-se a partir do feminismo. É um espaço que te interpela em níveis muito pessoais de um modo que nenhuma outra forma da política, para mim, o fez. Me fez pensar mais complexamente as coisas. Tem sido uma espécie de tensionamento constante do pensamento: ser mais complexa, não tomar as coisas como dadas, como as primeiras vezes que me perguntei sobre a classe trabalhadora e me acomodei em uma resposta simples. Ah, sim, são aqueles que são explorados pela mais-valia, blá blá blá, e o salário, blá blá blá. E depois pensar: não pode ser apenas isso, ou seja, temos que necessariamente ter uma noção complexa. É como uma atenção contínua do pensamento que me faz pensar em nossa experiência sexual como inseparável da realidade social capitalista que queremos transformar. E então ver o capital como algo que tem sexo, que está sexuado, que é composto por relações desejantes. E tem sido também como um fluxo contínuo de possibilidades e oportunidades, de conhecer companheiras, experiências, de discutir coisas que talvez de outro modo não tivesse conhecido. Muitas, muitas, contínuas possibilidades. Mas difícil, exigente. Nos exigimos muito, eu acho. Nos sentimos muito responsáveis pelo estado atual das coisas em nosso país e no mundo e de estar aí fazendo frente a tudo isso. Já temos dois anos de trabalho muito duro, permanente, contínuo.

Eu acho que existe um reconhecimento cada vez maior de que o feminismo é parte das lutas políticas da classe trabalhadora, é parte das lutas populares e tem um lugar fundamental nisso. Que estamos conseguindo combater o preconceito de que o feminismo seria uma coisa elitista ou de umas poucas e que pudemos mostrar que o feminismo mobiliza as mulheres em todos os lugares, nas comunidades, obviamente na universidade, na escola, nos locais de trabalho. E que é uma ação



própria. É preciso respeitá-lo porque é uma ação séria, uma ação muito séria e que agrega para as lutas populares.

Alejandra Estevez: E, para encerrar, o que você poderia dizer para nós, brasileiras, com relação à luta que vocês estão experimentando aqui?

Alondra Carrillo: Sempre me entristece um pouco pensar no Brasil, pela situação em que estão. Me parece muito dolorosa, então poderia dizer-lhes que estamos aqui. E que estamos com plena disposição de tecer vínculos internacionais para poder fazer enfrentar, juntas, este futuro sombrio, este presente sombrio e que, a partir do feminismo, possamos talvez levar a sério a tarefa de abrir outro horizonte de futuro possível. Propor algo aos povos de nossa região, traçar um caminho. Para nós, a figura de Marielle [Franco] é uma imagem que povoa a constelação de nossas lutas. Estamos atentas e estamos aguardando. Vamos dar a volta e vamos tirá-los todos. Vamos derrubar Piñera e vamos derrubar Bolsonaro!

Entrevista realizada em Santiago do Chile em 16 de janeiro de 2020.

Livre tradução feita por Alejandra Estevez